

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL DESTINADO À
CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO DE VARIADORES DE VELOCIDADE EM INSTALAÇÕES DA
TEJO ATLÂNTICO - ZONA SUL - POR LOTES

LOTE I – EQUIPAMENTOS ABB

LOTE II – EQUIPAMENTOS SCHNEIDER

LOTE III – EQUIPAMENTOS SIEMENS

TA_22_II5_CI_S_004_DMA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

junho 2022

Artigo 1.º

OBJETO DO CONCURSO

- I. O concurso tem por objeto a Prestação de Serviços de Manutenção de Variadores de Velocidade em Instalações da Tejo Atlântico - Zona Sul - Por Lotes, cujos termos estão expressos no Caderno de Encargos, correspondendo cada um dos lotes:
 - a. Lote I – Variadores de velocidade ABB
 - b. Lote II – Variadores de velocidade Schneider
 - c. Lote III – Variadores de velocidade Siemens
2. Os locais da presente prestação de serviços estão inseridos no Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico que integra as instalações identificadas no **Anexo I** do Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, S.A., adiante designada por "Tejo Atlântico", com sede na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514 387 130.

- Endereço eletrónico: compras_contratacao.adta@adp.pt;
- Telefone: +351 213 107 900;
- Fax: +351 213 107 901.

Artigo 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTATAR

A decisão de contratar, nos termos do n.º I do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada pela Deliberação de Concelho de Administração, em reunião realizada no dia 17 de junho de 2022, como consta da respetiva ata.

Artigo 4.º

PLATAFORMA ELETRÓNICA

O presente procedimento é tramitado na plataforma eletrónica AcinGov (www.acingov.pt).

Artigo 5.º

ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59h do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões acima mencionada até à data prevista no n.º 2, considerando-se rejeitados todos os que não sejam, até ao final daquele prazo, por ele expressamente aceites.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 2 ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo neste caso atender-se ao disposto no n.º 1 do artigo 64.º do CCP.
5. A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos n.ºs 2 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6º

VISITA ÀS INSTALAÇÕES OBJETO DE PROCEDIMENTO

1. Durante o prazo para apresentação das propostas, a Tejo Atlântico facultará aos interessados a possibilidade de visita às instalações objeto do presente procedimento e nela realizar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.
2. A inspeção aos locais deverá ser solicitada, nos primeiros 15 (quinze) dias após publicação do anúncio, via plataforma eletrónica indicada no artigo 4.º, procedendo posteriormente a Tejo Atlântico, ao agendamento da visita.

Artigo 7º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- I. As propostas, individualizadas por lote, devem, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - I.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de janeiro de 2016, disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, conforme **Anexo I** ao presente programa de procedimento;
 - I.2. Os seguintes documentos contendo os atributos da proposta relativos a aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - I.2.1. Preço global, em conformidade com o modelo no **Anexo II** ao presente programa de procedimento;
 - I.2.2. Lista dos preços unitários em conformidade com o modelo de Lista de Preços Unitários apresentado no **Anexo III** deste programa de procedimento, devendo os preços unitários ser apresentados a duas casas decimais;
 - I.2.3. Memória descritiva e justificativa do modo como o concorrente se propõe executar a aquisição de serviços, em conformidade com as atividades previstas no Caderno de Encargos, contendo designadamente o seguinte:
 - I.2.3.1. Metodologia proposta para a aquisição de serviços, em situações normais de execução dos trabalhos de Manutenção Preventiva;
 - I.2.3.2. Metodologia proposta para resposta às situações de urgência e necessidades de Manutenção corretiva nas instalações da Tejo Atlântico;
 - I.2.3.3. Estruturação dos relatórios a emitir após as intervenções realizadas, que traduza todas as atividades da aquisição de serviços objeto do presente procedimento e nos termos do ponto 3 da Cláusula 1ª do Anexo II do Caderno de Encargos.
 - I.2.3.4. Procedimentos a implementar em matéria de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho, de acordo com a legislação em vigor e com o Caderno de Encargos.

- 1.2.4. Descrição da metodologia de intervenção e dos meios humanos contendo designadamente o seguinte:
 - 1.2.4.1. Organização e organograma da equipa, incluindo a parte administrativa, bem como, a organização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, equipas a constituir, sua área de intervenção e atuação;
 - 1.2.4.2. CVs, títulos de habilitação e declarações que atestem a competência de manutenção da equipa de manutenção nos termos do ponto 2 da Cláusula 4ª do Anexo II do Caderno de Encargos;
- 1.2.5. Descrição dos meios materiais e equipamentos técnicos a afetar pelo prestador de serviços, que serão utilizados na aquisição de serviços contendo designadamente o seguinte:
 - 1.2.5.1. Descrição das ferramentas, equipamentos de teste e *softwares* que serão utilizados nos termos do ponto 3 da Cláusula 3ª do Anexo II do Caderno de Encargos;
- 1.3. Os seguintes documentos, contendo os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a Tejo Atlântico pretende que o concorrente se vincule:
 - 1.3.1. Nota justificativa do preço, constituída por orçamento completo e discriminado cujo total é igual ao preço global da proposta;
 - 1.3.2. Declaração, assinada pelo representante da empresa, que identifique o responsável da aquisição de serviços, acompanhada da “Declaração Individual de Aceitação das Funções”, de acordo com os modelos do **Anexo IV** deste programa de procedimento;
 - 1.3.3. Ponto de situação do concorrente em matéria de certificação em Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, Responsabilidade Social ou outras, incluindo a(s) cópia(s) do(s) respetivo(s) certificado(s). Caso o concorrente não possua alguma das certificações acima descritas, deverá o mesmo apresentar, para essa(s) matéria(s), quais os procedimentos que se propõe implementar na aquisição de serviço em apreço de modo a cumprir com o estabelecido na legislação em vigor;
 - 1.3.4. Todos os restantes elementos descritivos que o concorrente considere conveniente para o completo conhecimento da forma como a aquisição de

serviços será desenvolvida e atingidos os objetivos e trabalhos especificados no Caderno de Encargos;

- 1.4. Certidão do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em afetividade de funções;
2. Outros elementos de apresentação facultativa, que o concorrente apresente de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente programa de procedimento ou no Caderno de Encargos;
 3. Na organização dos documentos da proposta a submeter na plataforma eletrónica, o concorrente deverá fazer corresponder os nomes dos ficheiros às alíneas correspondentes a cada um dos documentos mencionados no ponto 1 e, caso entendam juntá-los, os mencionados no ponto 2.
 4. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
 5. As empresas associadas para a execução da presente aquisição de serviços, deverão obrigatoriamente constituir-se em agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou associar-se em Consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, observadas as disposições legais Nacionais sobre tais matérias em vigor, submetendo para o efeito a declaração conforme modelo apresentado no **Anexo V** deste programa de procedimento (Acordo-Promessa de Constituição).
 6. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
 7. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos que constituem a proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, que prevalecem sobre o original.

Artigo 8.º

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 9.º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma AcinGov referida no artigo 4.º, até às 23h59 do 32.º (*trigésimo segundo*) dia a contar da data de envio para publicitação do anúncio em Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 10.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados individual e eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 11.º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (*cento e oitenta*) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 12º

REGIME DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

1. A aquisição dos serviços a concurso será executada, quanto ao modo de pagamento, em regime de componente fixa e componente variável, esta última em função dos trabalhos que forem efetivamente realizados e das aquisições efetivamente concretizadas, nos termos do disposto no Caderno de Encargos.
2. Em caso de prorrogação de prazo do contrato o preço contratual será revisto, anualmente, em conformidade com o estabelecido no ponto 5 da Cláusula 14ª do Caderno de Encargos.

Artigo 13º

CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO E DE DESEMPATE

1. A adjudicação será feita segundo o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, com base nos seguintes fatores e subfactores variáveis de apreciação e respetivas ponderações:
 - 1.1. **Qualidade técnica da proposta: 50%**
 - 1.1.1. Metodologia a empregar e modo de organização da prestação de serviços: 10%
 - 1.1.2. Constituição da equipa técnica afeta à prestação de serviços: 30%
 - 1.1.3. Meios materiais a afetar à prestação de serviços: 10%
 - 1.2. **Preço global: 50%**
2. Para a avaliação das propostas utilizar-se-á o modelo constante do **Anexo VI** do presente Programa de Procedimento.
3. Tendo presente o critério de adjudicação referido nos pontos acima, se da agregação dos resultados da avaliação parcial dos fatores elementares resultar uma classificação final que atribui o primeiro lugar a mais do que uma proposta, será considerado como critério de desempate a proposta que obtiver melhor pontuação na avaliação do fator “1.1 Qualidade técnica da proposta”.
4. Se após a aplicação do estabelecido no número anterior o empate subsistir, será considerado como critério de desempate a proposta que obtiver a melhor pontuação no fator “1.2 Preço Global da Prestação de Serviços”.
5. Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, vencerá aquela que apresentar a primeira pontuação mais elevada, sucessivamente, para os subfactores 1.2., 1.3. e 1.1. do Fator “1.1 Qualidade Técnica da Proposta”, conforme quadro abaixo.

Fatores de Apreciação	Ponderação %
1. Qualidade Técnica da Proposta	50 %
1.1. Metodologia a empregar e modo de organização da prestação de serviços	10%
1.2. Constituição da equipa técnica afeta à prestação de serviços	30%
1.3. Meios materiais a afetar à prestação de serviços	10%
2. Preço Global da Prestação de Serviços	50 %

6. Não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação.

Artigo 14.º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

O preço total resultante das propostas será considerado anormalmente baixo, para os efeitos do disposto no artigo 71.º do CCP, caso apresentem um valor inferior a:

- ✓ Lote I – Equipamentos ABB: 154.000,00 € (*cento e cinquenta e quatro mil euros*)
- ✓ Lote II – Equipamentos Schneider: 91.000,00 € (*noventa e um mil euros*)
- ✓ Lote III – Equipamentos Siemens: 35.000,00 € (*trinta e cinco mil euros*)

A determinação do preço anormalmente baixo, foi feita tendo em conta a diversidade das aquisições de serviços que o contrato abrangerá e a elevada complexidade das tarefas a desempenhar e assegurar, com recurso a pessoal com as competências exigíveis e adequadas, que convém garantir, no sentido de procurar que o contrato seja pontual e corretamente cumprido, assim como assegurando o cumprimento do disposto dos princípios da transparência e da igualdade de tratamento, previstos no artigo 1.º-A do CCP. Concorre, ainda, para esta percentagem, o facto de parte do valor do preço incluir uma fração variável com um montante importante.

Artigo 15.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- I. No prazo de 10 (*dez*) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o prestador de serviços deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º:
 - I.1 Os documentos a que se refere o n.º I do artigo 81.º do CCP, nomeadamente:
 - I.1.1. Declaração do Anexo II do CCP;
 - I.1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP:
 - a) Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - b) Certificado do registo criminal da empresa;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - I.1.3. Certidão do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - I.1.4. Declaração de compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico, de acordo com o modelo do **Anexo VII** do presente programa de procedimento;
 2. Identificação de outorgantes e interlocutores para efeitos de comunicação, conforme **ANEXO VIII** ao presente Programa de Procedimento;
 3. Documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável;
 4. Caso o prestador de serviços revista a forma de agrupamento os documentos de habilitação referidos em n.º I.1 devem ser apresentados por todos os seus membros.
 5. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de

tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare a respetiva prevalência com os originais.

6. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos em a), b), c) e d) do número 1.1.2, ou estes não se refiram a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo adjudicatário perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado;
7. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária à consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (*cinco*) dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada à Entidade Adjudicante antes de expirado o prazo a prorrogar.
9. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
10. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP e esse facto não seja imputável ao prestador de serviços, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 16.º

CAUÇÃO

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não será exigida caução para qualquer um dos lotes.

Artigo 17.º

MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária ou ACE.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 18.º

NOVOS SERVIÇOS

Nos termos e para os efeitos do disposto na subalínea iv) da alínea a) do n.º 1 do artigo 27º do CCP, desde já se indica a possibilidade de adoção de procedimento de ajuste direto para a celebração de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares objeto do presente concurso público.

Artigo 19.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo prestador de serviços ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (*três*) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo prestador de serviços é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do prestador de serviços todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, à celebração do contrato.

Artigo 20º

DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela Tejo Atlântico, exclusivamente no âmbito do presente procedimento de aquisição de serviços, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.

2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável á proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A Tejo Atlântico garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A Tejo Atlântico garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais ara efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adta@adp.pt.

Artigo 21.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa de procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento.

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preço

_____ (identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal _____[qualidade em que subscreve a declaração - só aplicável se se tratar de pessoas coletivas] de _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento concorrente: no caso de sociedade, a firma, o número de identificação fiscal, a sede e o código de acesso à certidão permanente, no caso de agrupamento, as firmas, os números de identificação fiscal, as sedes e os códigos de acesso às certidões permanentes dos respetivos membros], depois de ter tomado conhecimento do procedimento para celebração do contrato de **Prestação de Serviços de Manutenção de Variadores de Velocidade em Instalações da Tejo Atlântico - Zona Sul - Por Lotes-TA_22_115_CL_S_004_DMA**, declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, nas condições técnicas propostas e pelo preço máximo de€ (numericamente e por extenso), correspondente ao **Lote** a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

- a) Percentagem de Desconto a aplicar (subalínea i) da alínea a) do n.º 4 da Cláusula 14º do Caderno de Encargos): ____%
- Percentagem de Desconto a aplicar (subalínea ii) da alínea a) do n.º 4 da Cláusula 14º do Caderno de Encargos): ____%

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO III

Lista de Preços Unitários

(Documento Autónomo)

ANEXO IV

Modelo de Declaração de Aceitação de Funções

A. Modelo da declaração

F _____ (denominação social e sede da empresa candidata ou de cada uma das empresas do agrupamento candidato), declara(m) que elementos técnicos a afetar à execução da “**Prestação de Serviços de Manutenção de Variadores de Velocidade em Instalações da Tejo Atlântico - Zona Sul - Por Lotes- TA_22_I I5_CL_S_004_DMA**”, em conformidade com o exigido no Caderno de Encargos e no programa de procedimento, são os seguintes:

- Responsável da Aquisição de Serviços

Data: _____

Assinatura(s): _____

B. Modelo de informação dos técnicos de manutenção (Este modelo é apenas orientador podendo ser apresentados modelos diferentes desde que respondam a todas as rubricas abaixo indicadas)

- Nome: _____
- Nacionalidade: _____
- Idade: _____

C. Modelo de “Declaração Individual de Aceitação das Funções”

(F.) _____, abaixo assinado, declara aceitar desempenhar as funções de _____ na equipa de _____ (empresa/consórcio) que prestará serviços de _____ na “**Prestação de Serviços de Manutenção de Variadores de Velocidade em Instalações da Tejo Atlântico - Zona Sul - Por Lotes- TA_22_I I5_CL_S_004_DMA**”, nos termos do programa de procedimento e do Caderno de Encargos.

Data _____

Assinatura _____

ANEXO V

Modelo de Acordo-Promessa de Constituição

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Procedimento para a celebração do contrato de “**Prestação de Serviços de Manutenção de Variadores de Velocidade em Instalações da Tejo Atlântico - Zona Sul - Por Lotes- TA_22_115_CI_S_004_DMA**”, e nos termos do número 5 do artigo 7.º do programa de procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio.

(a)

A participação qualitativa de cada empresa no consórcio a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa _____ representará o Consórcio perante a Tejo Atlântico, devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a Tejo Atlântico, responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da Tejo Atlântico a qualquer alteração na composição do agrupamento ou do Consórcio, sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____

Assinatura (b) _____

(a) - No caso de o Consórcio adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

ANEXO VI Metodologia de Avaliação das Propostas

I. METODOLOGIA GERAL

De acordo com o artigo 13º deste Programa de Procedimento, o critério de adjudicação da presente prestação de Serviços é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, com base nos seguintes fatores e subfatores de apreciação e respetivas ponderações:

Fatores de Apreciação	Ponderação %
1. Qualidade Técnica da Proposta	50 %
1.1. Metodologia a empregar e modo de organização da prestação de serviços	10%
1.2. Constituição da equipa técnica afeta à prestação de serviços	30%
1.3. Meios materiais a afetar à prestação de serviços	10%
2. Preço Global da Prestação de Serviços	50 %

- i. No caso de 2 (duas) ou mais propostas obterem o mesmo resultado/pontuação final, estabelece-se que a ordenação das propostas terá como critério de desempate a melhor pontuação para o Fator “Qualidade Técnica da Proposta”.
- ii. Caso, após a aplicação do critério de desempate referido no número anterior, se mantenha o empate e se apure que 2 (duas) ou mais propostas apresentam o mesmo preço, estabelece-se, como segundo critério de desempate, a melhor pontuação para o Fator “Preço Global da Prestação de Serviços”.
- iii. Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate a primeira pontuação mais elevada, sucessivamente, para os subfactores 1.2., 1.3. e 1.1. do quadro acima.

2. AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA”

A avaliação parcial dos subfactores do fator qualitativo I (Qualidade Técnica da Proposta) será efetuada mediante atribuição da pontuação indicada nas respetivas tabelas com os descritores de valorização dos atributos das propostas.

2.1 Avaliação do subfactor “1.1 Metodologia a empregar e modo de organização da aquisição de serviços”

Para a avaliação deste subfator será analisada a informação apresentada nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado na alínea 1.2.3 do artigo 7º deste Programa do Procedimento.

Neste subfator serão avaliados, com base na matriz apresentada na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** do Anexo VIb, os aspetos associados ao plano das atividades dos trabalhos que compõem a aquisição de serviços e a respetiva afetação de meios humanos.

A pontuação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** do Anexo VIb.

1.2 Avaliação do subfator “1.2 Constituição da equipa técnica afeta à aquisição de serviços”

Para a avaliação deste subfator será analisada a informação apresentada nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado na alínea 1.2.4 do n.º 7 do Programa do Procedimento.

Neste subfator serão avaliados, com base na matriz apresentada na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** do Anexo VIb nos aspetos associados à experiência da equipa técnica afeta à aquisição de serviços.

A pontuação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** do Anexo VIb.

2.3 Avaliação do subfator “Meios materiais a afetar à aquisição de serviços”

Para a avaliação deste subfator será analisada a informação apresentada nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado na alínea 1.2.5 do n.º 7 do Programa do Procedimento.

Neste subfator serão avaliados, com base na matriz apresentada na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**3 do Anexo VIb os aspetos associados aos equipamentos e ferramentas afetos à aquisição de serviço.

A avaliação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela 3 do Anexo VIb.

3. AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO GLOBAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”

A apreciação de “Preço da Proposta” (PPI) será obtida de acordo com a seguinte fórmula arredondada à segunda casa decimal:

$$\text{Pontuação (Proposta i)} = \text{Pontuação CAP (1+2+3)} \times 0,90 + \text{Pontuação CAP 2a} \times 0,10$$

a. Cálculo da Pontuação relativa aos Capítulos (1+2+3):

Se Valor do Capítulo (1+2+3) da Proposta i $\geq$ PAB

$$\text{Pontuação Capítulo i (Proposta i')} = 10 * \frac{PAB^y}{Vi^y}$$

Se Valor do Capítulo (1+2+3) da Proposta i' < PAB

$$\text{Pontuação Capítulo i (Proposta i')} = 10 - \frac{Vi}{PAB}$$

em que:

- Pontuação Capítulo (1+2+3) da Proposta i': é a pontuação a atribuir ao fator Preço Global do Capítulo (1+2+3), com um máximo de 10 pontos;
- Vi: é o valor do Capítulo i da proposta i';
- Y: expoente com valor 2,0
- PAB: Preço Anormalmente Baixo de cada Capítulo (70% preço base)

b. Cálculo da Pontuação relativa ao Capítulo 2a:

A pontuação relativa ao Capítulo 2a é constituída por uma ponderação de dois fatores:

Pontuação do Capítulo 2 da Proposta i' = Fator Percentagem de Desconto (subalínea i) da alínea a) do N.º4 da Cláusula 12º do CE * 0,5 + Fator Percentagem de (subalínea ii) da alínea a) do n.º4 da Cláusula 14º do Caderno de Encargos * 0,5

Caso seja aplicável apenas uma das subalíneas i) e ii) alínea a) do n.º 4 da Cláusula 14º do Caderno de Encargos, na fórmula ponderada considera-se a mesma percentagem de desconto para ambas as alíneas.

Considera-se uma percentagem de desconto de referência de 50% sobre a Tabela de Preços de Venda ao Público.

Se Valor da Percentagem de Desconto (subalínea i ou ii) da Proposta i' ≤ 50%

$$\text{Pontuação (Proposta i')} = 10 * \frac{Vi^y}{0,5^y}$$

Se Valor da Percentagem de Desconto (subalínea i ou ii) da Proposta i' > 50%

Pontuação (Proposta i') = 10

em que:

- Pontuação da Proposta i': é a pontuação a atribuir ao Fator Percentagem de Desconto subalínea i) ou ii) do n.º4 da Cláusula 14ª do caderno de encargos, com um máximo de 10 pontos;
- Vi: é o valor do Capítulo i da proposta i';
- Y: expoente com valor 2,0

TABELA DE PREÇOS BASE E PREÇOS ANORMALMENTE BAIXOS APLICÁVEIS

	Preço Base	Preço Anormalmente Baixo
Lote 1	220 000,00 €	154 000,00 €
Lote 2	130 000,00 €	91 000,00 €
Lote 3	50 000,00 €	35 000,00 €

ANEXO VII

Declaração de Compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade
Empresarial da Águas do Tejo Atlântico, S.A.

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

- I. Cumprirá as disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., nos termos do “Manual de Fornecedores – requisitos de fornecimento”, aprovado no dia 03 de julho de 2018 e do próprio Sistema de Responsabilidade Empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- II. Disponibilizará a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- III. Disponibilizar-se-á para ser auditado pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN 45001 no que respeita ao controlo de fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com a prestação de serviços à Águas do Tejo Atlântico, S.A..

[Local] , [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO VIII

Identificação de outorgantes e interlocutores para efeitos de comunicação

Declara-se que na outorga do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Prestação de Serviços de Manutenção de Variadores de Velocidade em Instalações da Tejo Atlântico - Zona Sul -

Por Lotes - TA_22_I15_CL_S_004_DMA, o Adjudicatário será representado por xxx, na qualidade de xxx, conforme consta na certidão com o código de acesso xxx (indicar outra forma de delegação se aplicável ex: procuração emitida em xxx, ata de AG data de xxx)

Mais declara que no âmbito da execução do contrato a celebrar as comunicações a efetuar se realizarão para os seguintes contactos:

Adjudicatário:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [●]
- Telefone n.º [●]
- Correio eletrónico [●]